

Economia Cacaueira da Bahia

Crises e Mudanças

Profª Angelina Nobre Rolim Garcez
Chefe do Departamento de Estudos de Problemas Brasileiros
Profª do Mestrado em Ciências Sociais da UFBA.
Profª do Mestrado em Direito Econômico da UFBA.

INTRODUÇÃO: Uma lavoura em crise.

Da lavoura cacaueira da Bahia, tem-se dito, com muita freqüência, ser uma lavoura permanentemente em crise.

Se tal assertiva é verdadeira, não se pode ignorar que, nas deficiências estruturais do sistema de produção de cacau instalado mais concentradamente na região sudeste da Bahia (mas abrangendo atualmente quase uma centena de municípios), repousam as grandes responsabilidades por tal situação.

A lavoura cacaueira, a maior do Estado, responsável por aproximadamente 70%* do valor das exportações estaduais e por mais de 90% do cacau produzido no Brasil, este, por sua vez, ocupando ora o 1º, ora o 2º lugar como maior produtor mundial,

* Na década dos anos 50 o cacau produzido na Bahia chegou a representar mais de 80% das exportações do Estado.

implantou-se, efetivamente, a partir da última década do século passado e desenvolveu-se de forma aleatória, sem qualquer tipo de apoio ou orientação oficial, desagregada internamente, configurando um nítido processo de individualismo econômico, cujo nexó derivou tão somente de um conjunto de condições conjunturais favoráveis, a nível da produção e da comercialização do produto. Obviamente, o equilíbrio do sistema mantinha-se em função exclusiva das próprias condições conjunturais vigentes. A grande crise de 1929, por exemplo, desarticulando os mecanismos de comércio externo, demonstrou a fragilidade da economia cacauêira da Bahia no seu conjunto e, ao tempo em que afetou substancialmente o seu equilíbrio, praticamente determinou a sua falência e gerou as pré-condições indispensáveis à rearticulação do sistema em bases mais sólidas. Alertando, inclusive, os poderes públicos, para a importância do cacau no contexto da economia do Estado.

Com isso não se quer afirmar que a crise de 1929 (ou os seus efeitos) lograram sanear definitivamente a economia de cacau da Bahia, mas sim que, a partir daí, os vícios estruturais mais graves, responsáveis pela instabilidade do sistema produtivo e de comércio, começaram a ser equacionados em busca de soluções. E ainda, pode-se acrescentar outras crises que afetaram a lavoura no período 1929/1957 (marcos cronológicos da presente análise) e funcionaram igualmente como elementos de reajustamento do sistema na busca de uma estruturação mais resistente às oscilações dos mercados internacionais, com base numa efetiva "política do cacau", primeiro a nível estadual e posteriormente a nível federal.

Dessa maneira, as crises econômicas devem ser analisadas como elemento altamente dinâmico no contexto da história da região cacauêira da Bahia, e no processo de desenvolvimento da economia do próprio Estado.

1. DO INDIVIDUALISMO ECONÔMICO À AÇÃO DIRIGIDA

1.1. O modelo econômico atomizado

No período considerado como de sedimentação da monocultura do cacau - 1890/1930 - a lavoura praticamente não teve que enfrentar uma situação de crise maior, e mesmo nos anos marcados pela primeira grande guerra, 1914/1918 - conjuntura particularmente desfavorável para a comercialização em geral e mais acentuadamente para o comércio dos produtos primários - a produção e a comercialização do cacau não foram afetados, mantendo, ao contrário, uma tendência crescente, tanto no volume da produção como nos preços do produto, circunstância acrescida ainda de um significativo aumento das vendas nos anos imediatos de pós-guerra, resultante da operação de reestocagem dos mercados consumidores e da

reabertura de novos mercados ¹.

Fazendo-se uma ligeira avaliação do comportamento da produção cacaveira entre os anos de 1900 a 1930 ², encontram-se os seguintes valores relativos ao crescimento da produção.

AUMENTO POR DÉCADA

1900/1 - 1909	=	199,636 toneladas
1910 - 1919	=	372,768 toneladas
1920 - 1929	=	611,002 toneladas ³

Inferre-se, desses números, a ocorrência de um crescimento absoluto da produção no período de 30 anos, que triplicou o volume inicial. É certo que, se considerarmos o valor relativo desse crescimento, a linha tendencial se inclina negativamente, isto é, o aumento da produção não se mantém no mesmo ritmo. Esse comportamento, porém, cujos efeitos se apresentam mais significativamente a longo prazo, não invalida a evidência primeira de uma expansão da produção, respaldada exclusivamente nas condições favoráveis da demanda que asseguravam uma regular absorção do total produzido e ainda estimulava a ampliação do cultivo.

O que queremos deixar evidente é que, nesse período, até que se concretizassem os efeitos finais da crise que eclodiu no ano de 1929, a correspondência entre os interesses da produção e da comercialização sustentou a economia do cacau e promoveu o seu desenvolvimento, a despeito das deficiências estruturais verificadas nos dois setores - produção e comércio. Na verdade, ao tempo em que se construía um sistema de cultivo (monocultor de exportação) estruturava-se uma demanda correspondente, determinando um estreito paralelismo entre produção e consumo mundiais. ⁴

Deve-se atentar, porém, para o fato de que as condições sobre as quais se organizaram (e no que toca a produção cacaveira da Bahia, nesse momento, a expressão organizar é bastante inadequada) os dois setores da economia do cacau - produção e comércio - são extremamente diferenciadas.

O sistema produtivo se implantava como um conjunto de ações sem coesão e/ou articulações internas, fenômeno esse que se torna evidente, desde a formação da propriedade até os instrumentos improvisados de crédito, desde a persistência do uso de técnicas rudimentares e inadequadas até o desconhecimento, por parte dos produtores, dos mais rudimentares mecanismos da comercialização do produto a nível interno e externo, incluindo uma total alienação quanto ao comportamento dos mercados consumidores, cotações do

produto, etc. Desse elenco de fatores negativos, resultava, para os produtores, uma situação de dependência opressiva e continuada, expressa em vários níveis.

Primeiro, aquela dependência que subordinava produtor a produtor, baseada numa hierarquia proveniente da própria posição de proprietário da terra e produtor de cacau, na dimensão e importância da propriedade como estabelecimento produtivo, na capacidade de produzir e reunir maior ou menor quantidade de cacau para a venda (produção própria, ou cacau comprado a terceiros).

Esse tipo de dependência ao nível da produção amplia-se pela multiplicação e concentração dos lucros em mãos de alguns produtores, desenvolvendo uma rede de relações financeiras (financiamento de safras, crédito hipotecário usurário, compra antecipada, etc.) que acaba por se transformar em instrumento de pressão e autofagia internas à classe, com eliminação dos produtores mais fracos.

Até que ponto, indaga-se, essa dependência que se estabelece ao nível da produção, de produtor para produtor, não constituiu um fator de inibição do desenvolvimento da coesão (e conseqüente fortalecimento) da classe? O fato de os produtores não se identificarem com um interesse comum, a falta de coerência interna dos objetivos da produção, obviamente terão gerado desconfianças que frustraram uma ação reivindicatória global e o exercício de uma ou outra liderança mais forte, porventura surgida nessa fase. É significativo, por exemplo, que a Associação dos Agricultores de Ilhéus, primeira entidade da classe produtora, fundada em 14 de agosto de 1926 - já talvez como resposta, mesmo inconsciente, mas premente, à conjuntura da crise que se vinha formando, - tenha objetivos tão vagos quanto: "regularizar o exercício dos direitos de classe dos agricultores, promover a valorização da propriedade agrícola", etc.

É significativo, igualmente, que essa Associação não tenha logo assumido o papel a que se propunha e nem tenha desenvolvido, na ocasião, qualquer ação diretiva em favor da classe, sinal de que os vínculos de comprometimento entre os produtores e a sua Associação não estavam suficientemente fortes para lhe permitir um desempenho mais efetivo.

O setor de comercialização, por outro lado - considerado nos níveis interno e externo - estruturava-se em bases já mais estáveis, criando e fortalecendo com isso um outro tipo de dependência, envolvendo os setores de produção e comércio do cacau.

Para compreender-se melhor as condições sob as quais se organizava o setor da comercialização do cacau, de certa forma precocemente em relação a economia do cacau em si, há que se ter em mente que a comercialização do produto, mesmo quando ela se realizava nos seus estágios preliminares - comercialização interna - estava sempre diretamente conectada com um sistema mais amplo que traçava as diretrizes básicas para um desempenho final satisfatório.

tório, o que não acontecia com o sistema produtivo. Cada um dos estágios da comercialização - e a própria rede de intermediações numerosas que levava o produto da fonte ao consumo - tinha um significado e uma função organicamente definidos e, de certa maneira, orientados para um objetivo que visava um máximo de eficácia, obviamente dentro das circunstâncias até certo ponto limitantes da ação do vendedor. Afinal de contas, a operação de venda do cacau enfrentava todo um sistema fortemente estruturado a serviço dos mercados consumidores, sendo necessário um mínimo de organização por parte dos agentes dessa operação. Não se quer dizer com isso que as firmas que primeiramente se ocuparam da comercialização do cacau dominassem inteiramente os mecanismos complexos da comercialização externa - e há exemplos de que isso não acontecia ⁵ - mas que, de certa forma, valendo-se de uma experiência até certo ponto sedimentada ⁶ - procuravam se organizar para comparecer com um mínimo de desgaste no cenário das transações do comércio externo.

Por outro lado, ainda, em função do volume dos seus negócios, o comerciante exportador tinha o acesso facilitado aos grandes financiamentos bancários, o que não era dado à maioria dos produtores, cujos direitos de propriedade não se encontravam ainda juridicamente definidos. Um estudo realizado pela CEPLAC, (PROCACAU... 1976 : 42) demonstra a alta percentagem de propriedades de cacau ainda recentemente não tituladas, atingindo, em alguns municípios, quase 50% do total (Itamaraju 46%, Canavieiras 42%). Uma vez que o crédito agrícola era concedido com base na garantia imobiliária, acontecia então um impedimento legal à grande parte dos produtores. Dessa maneira, o setor de comércio fortalecia-se na operação de repasse dos financiamentos, criando uma relação de dominação cada vez mais abrangente, que lhe permitia impor os preços e ainda ingressar na atividade de produção, adquirindo propriedades inadimplentes, e, dessa maneira, situando-se melhor para interferir, inclusive, nas reivindicações dos produtores, dirigindo-as de modo a não afetarem negativamente os interesses da comercialização. Mesmo nos assuntos que interessam mais diretamente à produção, as reivindicações eram formuladas e encaminhadas pelas Associações Comerciais. No ano de 1928, por exemplo, a Associação Comercial de Itabuna leva ao Governo do Estado um pedido de prorrogação do prazo para legitimação das posses havidas em terra devolutas do governo, reivindicação visivelmente do setor de produção e, como tal, de responsabilidade da Associação respectiva. Aliás, as evidências dessa situação privilegiada do setor de comércio já aparecem na criação das Associações Comerciais como primeiras organizações de classe ligadas à economia do cacau ⁷.

Essas relações de dependência mencionadas, que já estabele-

com fortes antagonismos em situações normais, obviamente determinam o agravamento das tensões em épocas de crise, daí resultando rompimentos dos quais assomam novas formas de ação para ambas as partes e também formas novas de relacionamento mútuo. Dessa forma, as crises que assolaram a lavoura e a economia do cacau na Bahia, nesse período observado, fazendo aflorar os vícios e contradições do sistema, funcionaram, em certa medida, como instrumento de revisão dos comportamentos econômicos menos adequados e de tentativas de rearticulação dos setores de produção e comércio.

1.2. As crises como fator de mudança.

A crise de 1929, cujos efeitos se estenderam pelos primeiros anos da década seguinte, ameaçando de falência a lavoura do cacau, assinala, paradoxalmente, um dos momentos mais dinâmicos da sociedade e economia cacaueiras. O primeiro movimento no sentido de reestruturar as suas bases dentro de um esquema que visava, basicamente e pela primeira vez, somar e compatibilizar os esforços internamente a cada setor - até então desenvolvidos em caráter atomizado e dos setores entre si.

A desorganização simultânea da produção e comercialização, ameaçando a economia de um colapso total, trazia consigo, como foi mencionado, entre outros problemas maiores, o agravamento das tensões entre comerciantes e produtores. A retração dos mercados e a queda dos preços determinam uma quebra acentuada no volume dos negócios. As exportações de cacau da Bahia, no ano agrícola de 1927/28, apresentaram um volume total de 70.903 toneladas, no valor de 145.488 contos de réis, enquanto que no ano de 1930 foram exportados 64.107 toneladas no valor de 87.630 contos de réis.

As falências de casas comerciais e firmas exportadoras, o grande número de hipotecas e execuções de propriedades verificadas nesse ano indicam a situação de inviabilidade econômica, tanto de produtores quanto de comerciantes. Pequenos produtores e comerciantes menores não encontram condições de sobrevivência e o momento assinala uma redução no número de agentes de ambos os setores, com o conseqüente fenômeno de incorporação, tanto de firmas quanto de propriedades, resultando em unidades (produtivas e de comércio) de maiores dimensões. Impunha-se a lei de sobrevivência do mais forte a nível setorial e inter-setorial.

No caso do comércio, encontrava-se um meio de transferir para o produtor uma parcela considerável dos prejuízos representados pela diminuição do volume das transações no mercado externo. Os preços pagos pelo cacau no comércio interno passaram a ser cada vez menores e mais defasados das cotações do mercado externo, estas por sua vez já muito baixas⁸. Esse agravamento da exploração sobre o produtor, porém, consegue produzir uma reação que leva

ao fortalecimento da classe. Na realidade, nessa conjuntura negativa, ambas as classes fortalecem-se isoladamente e definem-se o âmbito e extensão dos respectivos interesses. As reivindicações conjuntas - comerciantes e produtores - obtendo como resposta dos poderes públicos, medidas que se inclinam nitidamente para favorecer os interesses do comércio, não são mais aceitas pelos representantes da classe produtiva, que permanecia desassistida pelo Governo e cada vez recebendo menor remuneração pelo seu trabalho.

No mesmo ano de 1928, ocorre um primeiro movimento liderado pelos fazendeiros de cacau, sob pressão da queda dos preços, com o objetivo de valorizar o produto contra a ação dos "baixistas", movimento que é sentido na região como "um duelo formidável do trabalho honesto contra a ganância voraz", conforme comenta o Editorial datado de 29 de agosto do Diário da Tarde de Ilhéus.

Esse movimento ligava-se a questão, suscitada na época, da exportação direta do cacau pelo porto de Salvador, em prejuízo do porto de Ilhéus. Os comerciantes são contrários a essa medida, que segundo comentários dos jornais da época⁹, "é desejada pelo governo para favorecer os interesses de empresas particulares como Docas da Bahia e a Navegação Bahiana, que se julgam prejudicadas com a exportação pelo porto de Ilhéus"¹⁰. Os representantes das classes produtoras ficam a favor do governo que, segundo a mesma fonte, "fez insinuar na reunião do Sindicato as vantagens da supressão da exportação direta". Na realidade, nenhuma vantagem cabia aos produtores no caso, e a sua posição resultou apenas de ser contrária à classe do comércio, numa demonstração de absoluto primarismo na postura política e na ação de defesa dos seus próprios interesses.

Desse mesmo grupo - liderado por Altino Serbeto de Barros, Aurelino Fernandes da Silva e Godofredo Almeida - originou-se a Comissão de Defesa do Cacau, que desenvolveu uma ação mais efetiva durante o ano seguinte, quando a grande crise atinge o seu climax.

A despeito de reconhecer-se que, colocada diante da responsabilidade de defender os interesses da classe, essa liderança tenha orientado suas reivindicações para a busca do protecionismo, nos velhos moldes paternalistas, - a lavoura continua pedindo favores em vez de fazer valer o peso de sua contribuição às finanças do Estado¹¹ - ainda assim a lavoura conseguiu sensibilizar os poderes públicos para os seus problemas. Surge o Instituto de Cacau da Bahia, como uma de suas mais importantes conquistas e, paralelo a isso, desenvolveu-se o espírito de cooperativismo que está de certa forma, presente na criação do Instituto¹² e se consolidará realmente mais tarde, como tentativa da classe produtiva de - não se pode dizer anular - mas moderar os efeitos das intermediações do comércio de cacau.

Não é objetivo nosso, no momento, analisar em profundidade

a ação do Instituto de Cacau da Bahia ¹³ a serviço do cacau. Basta que constataremos ser o I.C.B. o primeiro órgão criado com tal objetivo, para uma lavoura que, há trinta anos, pelo menos, vinha comandando a produção de divisas para o Estado, sem contar com qualquer tipo de assistência do governo.

O Instituto recém-criado propunha-se, inicialmente, a socorrer financeiramente os produtores, a maioria em situação de insolvência (dívidas assumidas a juros de 12% e até 24% ao ano) mas, segundo palavras do Sr. Inácio Tosta Filho, autor do projeto de criação do I.C.B., este deveria "colocar os problemas da cacauicultura em termos definitivos, separando o que constitui conjuntural, a reclamar medidas de caráter emergencial e o que caracteriza o complexo econômico, com seus males endêmicos, com as suas distorções, exigindo diagnóstico seguro e programação econômica para a salvação da lavoura do sul do Estado".

Os objetivos do I.C.B. eram, assim, colocados com muita amplitude: promover a prosperidade da lavoura do cacau; amparar os legítimos interesses dos lavradores; difundir os ensinamentos da técnica moderna relativos a cultura, trato e beneficiamento do cacau e aproveitamento dos sub-produtos; desenvolver na região, novas culturas e indústrias (evitar os males da monocultura); realizar pesquisas, análises e experiências, mantendo laboratórios e estações experimentais; promover aquisição de máquinas, adubos, inseticidas, enfim todo o insumo necessário ao desempenho de uma agricultura moderna; conceder empréstimos hipotecários a longo prazo; oferecer serviços de informações comerciais; constituir e manter armazéns; participar da comercialização; atuar na área de infra-estrutura regional e, finalmente, participar de medidas "definitivas ou emergenciais necessárias ao progresso e amparo da lavoura e ao comércio da produção" isto é, participar da elaboração de uma política econômica do cacau.

Quanto aos recursos para execução do seu programa, o I.C.B. contou com: a importância de 10:000\$000 (dez mil contos de réis) fornecidos, por empréstimo, pelo Banco do Brasil; (capital para atender imediatamente as dívidas dos produtores); uma taxa de 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) incidente sobre cada saco de cacau exportado. Além disso, era-lhe facultada a emissão de letras hipotecárias, relativas a 80% das dívidas assumidas (com o capital advindo do Banco do Brasil) emissão, esta, destinada a movimentar as operações de sua carteira de Crédito Hipotecário. Ainda no ano seguinte à sua criação, o I.C.B. negocia um empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no valor de 25 mil contos de réis, para liquidação no prazo de 22 anos, ampliando assim a sua capacidade financeira de socorrer as necessidades da lavoura.

O volume de recursos financeiros oferecidos ao Instituto para injetar na lavoura era de grande vulto para a época e, na ocasião, a

criação do I.C.B. parece contentar, na justa medida, aos produtores. De fato, seu funcionamento, na primeira década, atende aos objetivos propostos e às expectativas dos seus associados, notadamente nos itens referentes a crédito agrícola, informações comerciais e obras de infra-estrutura, com ênfase na construção de estradas (quase 500 quilômetros de vias de acesso, que melhoraram consideravelmente as condições de escoamento do cacau).

Nos anos seguintes, porém, o I.C.B. começa a apresentar sinais de desgaste e incapacidade de operar conforme seus objetivos.

Os vastos recursos de que dispunha inicialmente vinham sofrendo um progressivo e acentuado desgaste, face ao processo inflacionário em andamento: entre os anos de 1932 e 1940, o custo de vida registrou um aumento de 54%. A taxa fixa de 2\$500 por saco de cacau exportado teve o seu valor de compra reduzido a menos da metade. Além disso, as leis federais da Usura e do Reajustamento Econômico colocaram sérios embargos à reprodução dos capitais de giro a disposição do Instituto.

Cresce o desprestígio do órgão máximo de lavoura do cacau no momento em que o produto comparecia com mais de 60% das exportações do Estado.

Internamente, o Instituto desgastava-se nas disputas entre seus associados descontentes.

Da conjuntura de guerra e conseqüente crise da economia mundial e nacional, da crise particular da economia cacaueira e seu Instituto, resultou a transformação deste (através do Decreto Estadual N° 11.861 de 27 de março de 1941) em Autarquia, sob a alegação de que "o Instituto, como Autarquia, resolverá os problemas do cacau com mais presteza e critério de que como sociedade cooperativa".

Tal não se dá e o Instituto atravessa todos os anos da década de 40 sob forte pressão, gerada pelo descontentamento dos seus associados e pelo desprestígio daí resultante.

A década de 50 não traz boas perspectivas para a lavoura¹⁴ e a situação de crise continuada começa a agravar-se justamente numa ocasião em que o cacau chega a representar 81% das exportações da Bahia (1952 a 1955).

A espiral inflacionária assume caráter assustador e os preços obtidos pelo produto oneram os custos da produção.

A crise que vinha se avolumando atinge o seu ponto crítico em 1956.

A queda acentuada dos preços, aliada a um regime cambial inadequado, leva a comercialização a deteriorar-se e envolver-se pelo caminho das transações ilegais ou de exceção - contrabando, tentativas de formação de trustes etc., práticas essas que serviram para reativar e alimentar as tensões entre os dois setores básicos da economia e tornam mais emaranhada a rede das relações e das ações

de todo aquele sistema produtivo/exportador.

A crise de 1956, uma das mais graves sofridas pela agricultura bahiana (especialmente a lavoura do cacau) determina um acúmulo de dívidas - na sua maioria vencíveis a curto prazo - da ordem aproximada de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, (Anais 1967: 326) sujeitos ainda a renovações e amortizações acrescidas de juros e outras despesas.

Nos últimos meses do ano de 1956, a situação da lavoura cacauzeira é insustentável. Um clima de inquietação generalizada ganha a região. Fala-se em reformulação do I.C.B. Pedem-se providências aos poderes públicos. Queima-se o cacau em praça pública em sinal de protesto pelos preços baixos. Os produtores se organizam em movimento grevista com a participação "não só dos lavradores mas de elementos de todas as classes, tanto todos dependem, diretamente ou indiretamente do cacau na região. Constituído o núcleo em Ilhéus, programou-se a paralização de todas as atividades, em dia que foi fixado, nos setores portuários, rodoviário, do comércio, da indústria, dos serviços públicos, onde quer que houvesse uma atividade a ser paralizada" (Diário de Itabuna 18-11-1956).

O Decreto Federal de nº 987 de 20 de janeiro de 1967 institui o Plano de Recuperação Econômico-Rural de Lavoura Cacauzeira e cria, paralelamente, o "Fundo Econômico da Lavoura Cacauzeira" dotado de um milhão de cruzeiros para oferecer o suporte financeiro correspondente à aplicação do Plano. Recursos esses integrados ao "Fundo para a Modernização e Recuperação da Agricultura Nacional" proveniente este dos ágios gerados pela exportação de produtos agrários.

Estava criada a CEPLAC que, através de um programa de assistência à lavoura, iria trazer de volta uma parte das divisas produzidas pelo cacau e até então retidas para o custeio das importações nacionais.

CONCLUSÃO

Mais uma vez, uma conjuntura de crise, particularmente grave, agiria dinamicamente nos mecanismos de revisão e rearticulação da economia cacauzeira, dessa vez comprometendo os esforços a nível federal, na formulação de uma política de defesa da cacauicultura baiana, e promovendo o retorno de, pelo menos, uma parte das divisas por ele geradas.

A CEPLAC, órgão do Governo federal, vinculada, à época da sua criação, ao Ministério da Fazenda, não lograria, assim como não o conseguira o órgão estadual - Instituto de Cacau da Bahia - oferecer estabilidade à lavoura cacauzeira, mesmo porque o desempe-

no desse sistema produtivo não se encontrava na dependência exclusiva de fatores endógenos. Muito pelo contrário, como monocultura de exportação, a sua estabilidade sempre esteve muito mais condicionada às exigências do mercado externo, a nível do qual se definiam as cotações dos preços e o volume das vendas.

Deve-se atentar igualmente para o fato de que, as próprias crises - salvo aquelas de caráter puramente climático e que não foram as mais graves - na sua maioria, tinha origem no comportamento da demanda externa. Se os mercados se apresentassem receptivos, os preços eram compensadores e estimulavam a expansão do cultivo. A retenção dos mercados gerava preços baixos e desestímulo dos produtores, a despeito de toda a ação desenvolvida pelos órgãos de amparo à lavoura. Uma lavoura em crise.

NOTAS

1 Argentina, Uruguai, Paraguai e Itália.

2 Não dispomos de dados significativos para a década anterior (1890-1900).

3 Dados elaborados para o trabalho, Garcez & Guerreiro. *História econômica da região cacauceira da Bahia*. 1975.

4 O primeiro desequilíbrio significativo entre produção e consumo mundiais ocorreu no ano agrícola de 1928/29, com a retração dos mercados, já no bojo da grande crise.

5 Em trabalho anterior, mencionamos as perplexidades de uma das maiores firmas de comercialização do cacau ante a baixa de preços determinada pelos efeitos da crise de 1929, quando comenta em correspondência dirigida à Associação Comercial de Ilhéus "que está ocorrendo uma inexplicável queda nos preços do cacau

6 Na sua grande maioria, as firmas que comercializavam o cacau baiano já atuavam no ramo de exportação do açúcar, fumo, etc., e como tal, dispunham, em maior ou menor grau, de experiência no ramo de comercialização externa.

7 A Associação Comercial de Ilhéus foi fundada no ano de 1912 e a de Itabuna em 1916.

8 Segundo comentários de jornais da região, eram inúmeros os processos utilizados pelos gananciosos interesseiros para provocarem as baixas dos preços no mercado interno. "Entre os processos pode-se incluir a

transmissão de telegramas falsos informando preços irreais". *Diário da Tarde*. Ilhéus, 30 ago. 1928.

9 Ibid.

10 O Porto de Ilhéus começou a exportar diretamente para o estrangeiro a partir de 1926, retirando grande parte do volume de cacau exportado pelo porto de Salvador.

11 Na época, o cacau sozinho concorria com 28% das arrecadações estaduais, estando portanto em condições de barganhar com os poderes públicos uma soma maior de retribuição para a região produtora.

12 Não esquecer que o próprio Instituto de Cacau foi criado como uma "sociedade de caráter cooperativo" embora não realize, ainda, o ideal cooperativista, no sentido conceitual mais puro.

13 Criado através do Decreto Estadual Nº7.430, de 08 de junho de 1931, pelo Interventor do Estado Artur Neiva.

14 Baixo rendimento da produção (más condições climáticas e desgaste da produtividade; preços baixos e política cambial inadequada).

SUMMARY

The cocoa from Bahia represents about 90% of the cocoa produced in the country, for Brazil has been placed, since the beginning of this century, as one of the three first producers of the world

Despite this economic importance, it is said of the cocoa production to live in permanent crisis.

These crisis destroy and frequently threat the cocoa economy. With bankruptcy, reflect the structural deficiencies of the system, adopted without solid basis and aside from the model of the State agricultural - exporter.

On the other hand, however, these same crisis carry along dynamic elements that produce a movement to rejoin the basis of the cocoa economic system, in its different levels.

The present approach analyzes two acute moments of the "permanent crisis": that of the years 1929/30, when the contradiction producer/retailer came about more precise and, at governmental level, a cocoa policy was created the establishment of the *Instituto de Cacau da Bahia* - and the crisis of the years 1956/57, with a federal policy resulting in the creation of the CEPLAC.

RÉSUMÉ

L'agriculture du cacao à Bahia représente à peu près 90% de la production nationale de ce produit. Par ailleurs, le Brésil occupe, depuis le début du siècle, une des trois premières positions en tant que producteur mondial.

Or, en dépit du grand poids économique de cette production, on dit que l'agriculture du cacao vit toujours en crise.

Ces crises qui se reproduisent, et qui fréquemment menacent de faillite l'économie du cacao, traduisent les déficiences structurales du système productif, implanté d'une manière aléatoire, en marge du modèle agro-exportateur de l'État. Néanmoins, ces mêmes crises apportent aussi des éléments dynamiques qui entraînent des mouvements de réarticulation des propres bases du système économique du cacao, ayant des répercussions à différents niveaux.

Ce travail essaye d'analyser de plus près deux moments où la "crise permanente" dévient plus aigue d'abord les années 1929/1930, où la contradiction producteur/commerçant émerge sous une forme plus concrète, avec des incidences sur le gouvernement provincial, aboutissant à l'établissement d'une politique du cacao et à la création de l' "Instituto do Cacau da Bahia"; ensuite, la crise des années 1956/1957, impliquant une politique à niveau fédéral, d'où s'ensuit la création de la CEPLAC.